

Solução da crise interna passa pelo acerto da dívida externa

por Cláudia Safatle
de Brasília

Os economistas do Ministério da Fazenda estão elaborando um plano de renegociação da dívida externa brasileira, através do qual pretendem indicar a solução para a crise econômica interna. Por enquanto, parece descartada qualquer possibilidade de um choque de preços, salários, juros e câmbio, pelo menos por dois motivos: a situação de preços relativos na economia ainda é meio caótica, e não haveria sucesso num congelamento de preços sem um mínimo de estoque por parte do setor produtivo.

As medidas "corretivas", desta vez, serão negociadas com a Aliança Democrática e terão de atender a alguns pressupostos dos credores internacionais privados, partindo-se de duas premissas básicas do lado brasileiro: não à recessão interna, e não à ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Aos banqueiros internacionais, o Brasil vai pedir cerca de US\$ 4 bilhões, embora técnicos qualificados do governo já assinalem a necessidade de uns US\$ 6 bilhões para manter os pagamentos internacionais, dado que os indicadores mostram uma balança comercial, na melhor das hipóteses, superavitária em US\$ 8 bilhões.

Um assessor qualificado do presidente da República lembrou a este jornal uma previsão que os exportadores levaram a Sarney: no primeiro trimestre, o saldo comercial acumulará US\$ 600 milhões, subindo para US\$ 1,2 bilhão no segundo trimestre e retornando ao nível de US\$ 1 bilhão a par-

tir de julho. Seriam, portanto, US\$ 7,8 bilhões de saldo comercial para este ano, se o governo desaquecesse a demanda interna principalmente por manufaturas (o que está ocorrendo) e acelerasse as minidesvalorizações cambiais.

Com o cenário comercial pouco alentador em face das contas que o País tem de pagar no exterior, e já com as reservas cambiais abaixo de US\$ 3,8 bilhões (segundo informou uma fonte próxima ao presidente da República, referindo-se a dados de duas semanas atrás), o governo terá de montar uma política econômica interna compatível também com as aspirações dos banqueiros internacionais, reconhece uma fonte do Palácio do Planalto. Uma política interna austera, porém, não recessiva, assinalam os técnicos oficiais, lembrando

do que neste ano o governo dispõe de pouco mais de CZ\$ 200 bilhões entre recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), para financiar investimentos estatais e privados. Isso manteria um crescimento econômico na faixa dos 3 a 4% neste ano.

A situação cambial deteriorou-se ainda mais no mês de janeiro passado, lembra uma fonte do Ministério da Fazenda, citando janeiro como um mês de pesados pagamentos internacionais (pelo calendário gregoriano, janeiro e fevereiro são meses de fortes desembolsos). O País teria remetido cerca de US\$ 800 milhões, enquanto o saldo comercial cobriu apenas pouco mais de US\$ 100 milhões.

Em princípio, o governo

não partirá para um confronto com os credores internacionais. "Vamos negociar", disse uma fonte do Palácio do Planalto, admitindo, porém, que numa mesa de negociações podesse, por exemplo, acertar uma centralização de câmbio no Banco Central (BC). Segundo um técnico do governo que participou da gestão da crise cambial de 1982, a centralização do câmbio praticada pela Resolução 851, do BC, foi negociada com o comitê de assessoramento da dívida externa, presidido por William Rhodes, e este comitê é que fazia a distribuição dos pagamentos que iam sendo liberados aos poucos pelo BC, priorizando os bancos que já estavam há quase noventa dias sem receber juros, para que não decretassem a inadimplência brasileira.

No "front" interno, a tendência é aguardar uma volta à normalidade do mercado e, nesse aspecto, com uma inflação esperada no patamar de 20%, o mecanismo do gatilho salarial deixa de ser um redutor de realimentação da inflação, para, curiosamente, ser um redutor de salário real. Como lembrou esse economista do Palácio do Planalto, com dois meses de inflação de 15%, apenas como um exemplo, a perda de salário real é de 10 pontos percentuais, "o que é um arrocho brutal de salários".